



Índice

- 01** "Nós vamos fuzilar Babau e seu irmão"
- 02** Comissão aprova projeto que dificulta fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas
- 03** Começa retirada de não índios de terra indígena no Maranhão
- 04** Matéria da Band mostra conflito gerado pela Funai no sul da Bahia
- 05** Funai usa tratores para demolir casas de pequenos agricultores no Maranhão
- 06** Em Minas, comunidades quilombolas lutam por direito à propriedade
- 07** Incra consegue posse da fazenda Bonanza para assentar quilombolas
- 08** Advocacia-Geral garante reintegração de posse de 2,6 mil hectares em favor de comunidade quilombola do RN
- 09** Sergipe Mais Justo oferece serviços em Santa Luzia do Itanhy
- 10** Lideranças indígenas vão a Brasília e confirmam bloqueio na BR 262 e MS-156
- 11** Indígenas e moradores interditam TO-126 e prometem queimar torre; deputado culpa e faz apelo ao governo
- 12** Júnior Coimbra participa de audiência pública para solucionar problema da falta de asfalto entre Tocantínia e Lajeado
- 13** Vereadores decidem mudar nome de Unidade de Saúde Indígena Pankará (PE)



- 14 No Dia Mundial da Justiça Social, nada a declarar?
- 15 INFORME 19 - Operação de Desintrusão da Terra Indígena Awá
- 16 STF suspende reintegrações de posse na Terra Indígena Tupinambá de Olivença (BA)
- 17 Fazendeira tenta atear fogo no próprio corpo para não sair da terra indígena Awa-Guajá
- 18 Explicado (mas não justificado) o caso das balsas para mineração no rio Tapauá, AM
- 19 Paraná forma primeira turma indígena de técnicos em agropecuária
- 20 Projeto dificulta fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas
- 21 Indígenas de MS vão receber 45 mil cestas de alimentos, diz Conab
- 22 Conselho Tutelar busca ajuda do MPF para situação de crianças indígenas nas ruas
- 23 Agarrado homem que matou índio durante assalto
- 24 CIR realiza encontro estadual para discutir direitos indígenas
- 25 Insatisfação de comunidades indígenas com a Funai será oficializada em Brasília
- 26 No DF, índios pedem votos contra a demarcação de terras
- 27 Expurgo do Maranhão no blog do Reinaldo Azevedo: O dia em que o governo admitiu a violação oficial dos direitos humanos
- 28 Continua o expurgo étnico no Maranhão
- 29 MPF/MS: Justiça revê decisão e reconhece posse tradicional de Porto Esperança
- 30 Nota do Projeto Ymyrapytã/CRDH sobre o Caso de desapropriação da Comunidade de



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

[Rio Tinto](#)



“Nós vamos fuzilar Babau e seu irmão”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2014

Estas são as palavras dos soldados do exército que espancaram e torturaram um jovem tupinambá para descobrir o local onde se encontrava o cacique Babau e seu irmão Tete nas áreas retomadas pelos índios Tupinambás no Sul da Bahia

Por Causa Operária, na CPT/BA

No dia 20 de fevereiro, soldados do exército abordaram um índio Tupinambá de 20 anos, chamado F. B. S. e o torturaram e espancaram na frente de seu pai.

O jovem F. B. S. estava levando seu pai ao médico para a cidade de Una, Sul da Bahia. Na estrada, o jovem e seu pai foram abordados por uma viatura do exército comandada por um tal capitão “P”. Os soldados interrogaram o rapaz querendo saber para onde ele estava indo e se era índio. Segundo F. B. S., ele respondeu que era índio e estava levando seu pai para o médico em Una. O interrogatório continuou e perguntaram de que aldeia ele era, e o mesmo respondeu que era da Serra (Serra do Padeiro).

Quando disse de onde era, os soldados começaram a espancar F. B. S. e perguntavam sobre o Cacique Babau. Foi torturado para dizer onde estaria localizado o Cacique e seu irmão Tete.

F. B. S. não sabia onde estavam Babau e Tete, mas mesmo assim foi espancado covardemente pelos soldados e o capitão “P”. Os soldados disseram para o indígena que queriam encontrar Babau e seu irmão para fuzila-los.

Segundo os indígenas, esse fato aconteceu após a “visita” de dois oficiais do alto escalão do governo na Serra do Padeiro.

Cacique Babau é uma das principais lideranças que lutam pela demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e que vem sofrendo com as calúnias dos latifundiários e da imprensa burguesa.

Anos de chumbo

Tem que ficar claro para os indígenas que o exército foi enviando à região do Sul da Bahia para realizar as maiores atrocidades contra os índios Tupinambás, numa tentativa desesperada dos latifundiários em parar o processo de demarcação de Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Esse é o método utilizado pelos militares contra os movimentos sociais, inclusive contra os indígenas, no período da ditadura militar para garantir os interesses da burguesia e dos latifundiários.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

É a ditadura escancarada contra os Tupinambás e que a Presidente Dilma está utilizando como medida de urgência para acabar com manifestações e movimentos sociais.

É preciso realizar uma campanha denunciando a imposição do estado de sítio no Sul da Bahia pelo governo do PT e exigir a retirada imediata do exército das ruas e da área reivindicada pelos Tupinambás.



Comissão aprova projeto que dificulta fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2014

Da Rádio Senado e Marília Coêlho, Agência Senado

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou nesta terça-feira (25) projeto que dificulta o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 98/2013 exige que o fechamento dessas escolas seja precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino. A matéria segue agora para apreciação do Plenário.

De autoria da Presidência da República, o projeto dispõe que o órgão normativo do respectivo sistema de ensino deve considerar a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Ao expor os motivos dessa proposta, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, apontou que nos últimos cinco anos foram fechadas mais de 13 mil escolas do campo, resultando em muitos casos em transtorno para a população rural que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

Funcionam como órgãos normativos na área educacional, por exemplo, os Conselhos Municipais de Educação, com representantes não só dos gestores, mas de toda comunidade escolar.

- Pais e alunos não podem ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino – disse a relatora da proposta, senadora Ana Rita (PT-ES).

Depois de Ana ler o seu relatório, a senadora Ana Amélia (PP-RS) questionou se o governo federal daria alguma ajuda ao município no caso da manutenção de escolas com poucos alunos e dificuldades econômicas. Mas Ana Rita esclareceu que a proposta não impede o fechamento das escolas e que o parecer para o fechamento da escola caberá ao órgão normativo responsável pela instituição, que pode ser municipal, no caso do ensino fundamental, ou estadual, no caso do ensino médio.

Após a votação da matéria, também foi aprovado o requerimento de urgência feito pela relatora para que o texto seja apreciado o quanto antes pelo Plenário. Se for aprovada pelo Plenário sem emendas, a proposta seguirá para sanção presidencial.



Começa retirada de não índios de terra indígena no Maranhão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2014

Alex Rodrigues – Repórter da Agência Brasil

As primeiras famílias que vivem na Terra Indígena Awá, que alcança quatro municípios no noroeste do Maranhão, começaram a ser retiradas do local ontem (24), quando terminou o prazo dado pela Justiça Federal para que os não índios deixassem a reserva voluntariamente. Coordenada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), a chamada desintrusão (retirada dos não índios) da área de 116,5 mil hectares está sendo acompanhada por oficiais de Justiça e soldados da Força Nacional. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial.

Assim que as primeiras famílias deixaram a área levando seus pertences, as casas em que moravam foram demolidas por servidores públicos, com a ajuda de tratores. O governo federal garante estar disponibilizando caminhões para os que precisam carregar móveis e outros objetos, mas, segundo notícias divulgadas pela imprensa local, muitos dos antigos ocupantes da área se queixam de não ter para onde ir.

Segundo a Funai, 427 famílias de não índios foram notificadas para deixar a reserva, com prazo de 40 dias. Muitas viviam na área há mais de uma década. O governo federal promete reassentar as famílias de agricultores que se encaixarem no Plano Nacional de Reforma Agrária. Das 265 famílias que já procuraram informações, o Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra) identificou ao menos 224 que se enquadram nos parâmetros do programa.

Localizada em áreas dos municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, a terra indígena foi reconhecida como território tradicional do povo Awá-Guajá ainda em 1992. O direito ao usufruto da terra pela comunidade indígena foi definido por meio de decreto presidencial publicado em 2005. Segundo a Funai, grupos indígenas isolados e de recente contato com a civilização ainda vivem na região, que também é alvo de madeireiros ilegais.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) está avaliando a extensão do desmatamento ocorrido na área. Nas propriedades irregulares de maior porte, já identificadas, a área devastada ultrapassa 2 mil hectares. Segundo a análise feita a partir de imagens de satélite disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a retirada de madeira e as invasões de posseiros entre os anos de 2000 a 2009 devastaram mais de 30% da área, o que corresponde a aproximadamente 36 mil hectares desmatados.

Edição: Davi Oliveira



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

Matéria da Band mostra conflito gerado pela Funai no sul da Bahia

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 25.02.2014

<http://www.questaoindigena.org/2014/02/materia-da-band-mostra-conflito-gerado.html>

Duas semanas após a morte de um líder de pequenos agricultores em Una, na região de Ilhéus, sul da Bahia, ninguém foi preso e acusado pelo crime. A região sofre uma onda de violência resultado da tensão entre grupos indígenas, que invadem fazendas, e agricultores. Pelo aumento do conflito, o Governo enviou tropas federais para fazer o policiamento da região, com autorização para prisões em flagrante.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

Funai usa tratores para demolir casas de pequenos agricultores no Maranhão

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 25.02.2014

A Funai está usando tratores para demolir as casas de pequenos agricultores numa área demarcada para indígenas Awá-Guajá, no Maranhão. As ações de despejo e demolição começaram durante no final de semana, antes mesmo da expedição das ordens judiciais para remoção forçada. Tropas da Força Nacional acompanham a retirada dos moradores não índios. 427 famílias foram notificadas e serão expulsas. Caminhões do governo federal ajudam no transporte da mudança.

Veja aqui quem são os ocupantes que área:

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=BO6mZWxSaEM

Em Minas, comunidades quilombolas lutam por direito à propriedade

SÍTIO VERMELHO, 25.02.2014

O enorme laço vermelho abraça a mangueira e anuncia a oferenda à mãe ancestral Iá Mi Oxorongá. Na cesta de vime, azeite de dendê, mel, ovos e um espelho sugerem um ritual para a fertilidade. Uma casa de santo ao fundo, a poucos metros do córrego, luta para se afirmar em meio aos novos empreendimentos e à valorização imobiliária, que empurram e estreitam os limites das terras remanescentes de quilombos.

Reprodução



A comunidade quilombola de Arturos, uma das que já foram identificadas no estado de Minas Gerais

A comunidade quilombola de Arturos, uma das que já foram identificadas no estado de Minas Gerais

Mais de um século de história contada pelo território de Mangueiras e pelos descendentes do casal de lavradores negros Cassiano e Vicência estão à beira da MG-020, nos limites da capital mineira com Santa Luzia, há décadas na luta para obter do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra) o título de propriedade.

Não é o único. Aliás, é só mais um entre outros 184 quilombos em Minas Gerais com processo de titulação em aberto. No país, 1.281 esperam na fila. Esses são a regra. A exceção está por conta dos 154 títulos definitivos emitidos pelo Incra desde a promulgação da Constituição de 1988, entre os quais, um único em Minas Gerais.

CONT.



Porto Coris, em Leme do Prado, no Vale do Jequitinhonha, é a grande exceção em Minas. Mesmo assim, no cerne da conquista desse único quilombo com o território titulado está a sua contradição: a emissão do título da terra tradicional, expedido em 2000, precedeu a remoção em 2004 das 21 famílias descendentes de Germano Alves Coelho, filho de uma escrava fugida meses antes da abolição da escravatura. O quilombo original foi inundado pelo reservatório da hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha.

Entre o direito e a sua efetivação, vai longa distância. Está lá, no artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988: as comunidades remanescentes de quilombos têm direito à propriedade definitiva de suas terras. É do Estado a responsabilidade da emissão do título. Além das 1.281 comunidades quilombolas que aguardam em todo o país a titulação definitiva de seus territórios, enquanto dia a dia são engolidos por empreendimentos, por invasões e pela especulação imobiliária, há outros milhares que nem sequer tiveram ainda o início do processo de reconhecimento deflagrado.

Lento processo

Segundo Maria Luzia Sidônio, de 72 anos, diretora da Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, há, no estado, 470 territórios fundados por escravos que se mantêm nas mãos de seus descendentes. Duas vezes e meia mais do que aquelas comunidades que já deram início ao lento processo de titulação. No Brasil, estima-se que sejam mais de três mil, das quais 2.408 já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

“Apesar da clareza da Constituição Federal, a proteção aos quilombos, que passa pelo reconhecimento de que as áreas por eles ocupadas de fato lhes pertencem – e por isso devam ser tituladas –, ainda não existe”, sustenta o procurador da República em Minas, Tarcísio Henriques. “As questões envolvendo os quilombolas no Brasil nunca foram enfrentadas com a necessária profundidade e continuam sempre recorrentes”, avalia. “Os escravos foram responsáveis diretos pela construção do país. Eles nos deram um povo, o que torna indispensável a adequada proteção aos interesses jurídicos dos remanescentes das comunidades dos quilombos e pelos demais grupos sociais descendentes dos antigos escravos”, diz o procurador da República.

Minas é um dos estados da federação com maior número de quilombos. Para ter uma ideia do que representa a população escrava na formação do estado, em 1776, negros e mestiços na Capitania de Minas Gerais respondiam por quase 80% dos residentes: eram 70.769 brancos, 82 mil pardos e 167 mil pretos, somando 319.769 indivíduos residentes. Apesar disso, a política de reconhecimento e valorização dos quilombos ainda se faz sentir pouco no Brasil e menos ainda em Minas. “Sem o título, os quilombos não têm acesso às políticas públicas, são invadidos, vão perdendo o seu território, a sua identidade e a sua história”, afirma Maria Luzia Sidônio, ela própria descendente dos Luízes, no Bairro Grajaú, Região Oeste de Belo Horizonte.

Comunidades identificadas

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte três comunidades quilombolas já foram identificadas: Arturos, Luízes e Mangueiras, segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes). Mas o número de quilombos urbanos no estado é maior, uma vez que há



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

quilombos urbanos formados pela migração de uma comunidade para uma determinada área urbana em função da perda de duas terras.

Fonte: Unegro



Incrá consegue posse da fazenda Bonanza para assentar quilombolas
SÍTIO G1, 25.02.2014

*Propriedade tem 1,4 mil hectares e está localizada no Norte de MG.
Comunidade Brejo dos Crioulos será beneficiada com desapropriação.*

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) divulgou nesta segunda-feira (24), que conseguiu a posse da fazenda Bonanza, localizada entre os municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, no Norte de Minas Gerais. Os 1,4 mil hectares serão utilizados para assentar remanescentes quilombolas, da comunidade Brejo dos Crioulos.

De acordo com o Incra, a propriedade está avaliada em R\$ 2 milhões e "é mais uma conquista da autarquia para a regularização dos 17 mil hectares onde vivem cerca de 400 famílias descendentes de escravos". Em Minas Gerais, há 185 processos abertos para regularizar estas comunidades.

Ainda segundo o Incra, outras três fazendas, a Nossa Senhora Aparecida, São Miguel e Lagoa da Varanda, já haviam sido concedidas pela Justiça em 12 ações de desapropriação por interesse social. As propriedades somam dois mil hectares. Outras duas ações devem ser ajuizadas.

O Incra informa que assim que houver a concessão definitiva das áreas, mediante pagamento de indenizações para os proprietários, a comunidade Brejo dos Crioulos vai ser considerada inalienável, ou seja, as terras não poderão ser vendidas ou arrendadas, por exemplo.

Francisco Cordeiro Barbosa, presidente do Conselho de Gestão Territorial do Brejo dos Crioulos e diretor de promoção de igualdade racial da Federação Quilombola de Minas Gerais, diz que aguarda a posse definitiva da fazenda com ansiedade.

"É uma vitória, não é uma luta fácil. É uma causa que se arrasta há muito tempo. Estão devolvendo para nós algo que é nosso."

Ainda de acordo com Francisco, as terras da região eram utilizadas pelos quilombolas para atividades agropecuárias, com finalidade principal de subsistência. Mas após 1930, as terras foram divididas e comercializadas, e por fim foram apropriadas indevidamente por fazendeiros.

Família não concorda com o valor da indenização

A fazenda Bonanza pertence ao espólio de Dilson Godinho. Seu herdeiro, Dilson Godinho de Quadros Júnior, que administra a herança, confirmou que foi feito um depósito judicial em favor da desapropriação, mas que a família pretende recorrer à Justiça, para aumentar o valor pago pela propriedade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

Dilson Godinho de Quadros Júnior argumenta que após a invasão, em julho de 2004, foi feito um estudo para avaliar a fazenda e no início de 2014 uma nova avaliação foi feita, determinando a quantia que seria paga pela desapropriação. Segundo ele, neste intervalo de tempo, a propriedade que tinha 70% de pasto e diversas benfeitorias, passou por um processo de deterioração, o que influenciou diretamente no valor da fazenda. O administrador do espólio afirma que o depósito deveria ter sido feito com base na época da invasão.

Dilson Godinho Júnior fala também que 100 alqueires da propriedade ficaram de fora da área que será desapropriada. Segundo o herdeiro, a intenção é de que a indenização seja feita com base na extensão total da propriedade.



Advocacia-Geral garante reintegração de posse de 2,6 mil hectares em favor de comunidade quilombola do RN

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 25.02.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve, na Justiça Federal, a reintegração de posse para a comunidade quilombola Macambira de área com cerca de 2,6 mil hectares no estado do Rio Grande do Norte. A sentença, segundo os procuradores federais que atuaram no caso, acolheu os aspectos constitucionais do direito fundamental da propriedade quilombola e firmou-se no Decreto nº 4887/2003, que regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades dos quilombos.

A ação foi ajuizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A autarquia requereu a posse em favor dos quilombolas de área chamada Cabeço do Macambira, que abrange os municípios de Lagoa Nova, Santana do Matos e Bodó. A terra, de acordo com processo administrativo em andamento, subdivide-se nas subáreas de Macambira II e III, Cabeça do Ferreira, Cabeça do Ludogério e Buraco da Lagoa.

O ocupante da terra réu no processo alegou que a ação do Incra não preenchia os requisitos para a reintegração, tais como a posse anterior por parte dos quilombolas, além da prática de ocupação irregular por parte dele. Ele apontou, ainda, que o procedimento administrativo do Instituto voltado à desapropriação não havia sido concluído.

Os procuradores responsáveis pela ação, que atuam na Procuradoria Federal no estado do Rio Grande do Norte (PF/RN) e na Procuradoria Federal Especializada junto à autarquia agrária (PFE/Incra), relataram que o fazendeiro havia obtido ordem de despejo dos quilombolas do imóvel rural com base em demanda possessória ajuizada na Justiça Estadual, decisão que determinou a retirada dos quilombolas da área após 16 anos de ocupação.

Na ação, as procuradorias explicaram que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da área, peça principal do processo administrativo nº 54330.000698/2006-54 do Incra visando a identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras para esta comunidade quilombola, ainda em curso, constatou que as terras foram ocupadas por remanescentes de quilombos desde meados do século XIX.

Segundo os procuradores, o processo administrativo, baseado em relatório antropológico, contém parecer conclusivo no sentido de que deveria ser regularizado não apenas o atual território ocupado pela comunidade de Macambira, como também as áreas que a comunidade aponta como tendo sido suas e que foram perdidas por venda ou cercamento forçado, totalizando uma área passível de titulação de 2.589,1685 hectares. Este entendimento, sustenta a ação, tem por base o critério de auto-identificação da comunidade negra e da proteção cultural dessa população, reconhecida pelo Brasil, ao ratificar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

CONT.



Assim, os procuradores destacaram que a qualificação da área Cabeço da Macambira como território quilombola tem respaldo em documentos inerentes ao processo administrativo, de modo que a proteção possessória requerida, até a titulação definitiva, seria direito dos remanescentes, uma vez que asseguraria o exercício do direito constitucional do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/88). Além disso, afirmaram que o reconhecimento da Justiça neste sentido protegeria o patrimônio cultural brasileiro, atendendo à determinação do artigo 216, parágrafo 1º, da Constituição da República de 1988, salvaguardando as condições de sobrevivência a centenas de famílias de descendentes de escravos que têm na área a única fonte de trabalho e de renda.

Acolhendo os argumentos das procuradorias da AGU, a 9ª Vara Federal do Rio Grande do Norte reconheceu a legitimidade do Incra em defender os quilombolas, com base no artigo 15 do Decreto nº 4887/2003, e também afastou a alegação de coisa julgada em relação à sentença proferida na Justiça Estadual.

No mérito, a sentença declarou que "verifica-se que é incontroversa a qualidade quilombola da Comunidade Macambira". A constatação, segundo a decisão, é o certificado da Fundação Cultural Palmares de que a comunidade de Macambira é remanescente das comunidades dos quilombos. "A mencionada certidão atende ao requisito do art. 2º, § 1º, do Decreto nº 4887/2003, o qual preceitua que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade". No caso, a reintegração de posse é assistida pelo Incra.

A PF/RN e a PFE/Incra são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Ref.: Processo eletrônico nº: 0800076-72.2013.4.05.8402 - 9ª Vara Federal do RN.

Por: Ascom/AGU



Sergipe Mais Justo oferece serviços em Santa Luzia do Itanhy

SÍTIO PLENÁRIO, 25.02.2014

Além da Busca Ativa, a ação Sergipe Mais Justo levou à Santa Luzia do Itanhy mais de 80 serviços de 17 órgãos públicos através do Centro de Atendimento Móvel ao Cidadão (Ceac) Móvel

Possibilitar o exercício da cidadania através da oferta de serviços de inclusão social é o principal objetivo da ação 'Sergipe Mais Justo', iniciada nesta segunda-feira, 24, no município de Santa Luzia do Itanhy. A iniciativa é desenvolvida pela Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag) e apoio da Prefeitura de Santa Luzia do Itanhy, tendo como público prioritário as comunidades Quilombolas.

Durante toda a ação a Seides estará oferecendo o serviço de Busca Ativa, que consiste em identificar e inserir no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal os moradores de Santa Luzia do Itanhy, em especial àqueles que se encontram em situação de pobreza e que fazem parte de Comunidades Quilombolas. Para a secretária de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social, Eliane Aquino, a ação não consiste apenas na prestação de serviços, mas na garantia do exercício da cidadania dos moradores de Santa Luzia do Itanhy.

"O Sergipe Mais Justo aqui em Santa Luzia é uma ação de extrema importância. Primeiro porque está atendendo a uma demanda do município, em especial das comunidades tradicionais. A falta de documentação é perceptível e não adianta trazer programas para essas pessoas se falta a documentação básica para que possam receber os benefícios que lhes são garantidos. Através dessa parceria entre a Seides, o Ceac e a Saúde estamos oferecendo mais do que serviços, estamos garantindo a cidadania dessas pessoas."

Além da Busca Ativa, a ação Sergipe Mais Justo levou à Santa Luzia do Itanhy mais de 80 serviços de 17 órgãos públicos através do Centro de Atendimento Móvel ao Cidadão (Ceac) Móvel.

O diretor geral dos Ceacs, Rosman Pereira dos Santos, reconhece a ação como fundamental para possibilitar o acesso às políticas públicas desenvolvidas pelo Governo de Sergipe. "A visita do Ceac à Santa Luzia proporciona aos moradores, em especial aos das comunidades Quilombolas, o acesso às políticas oferecidas pelo Governo de Sergipe. Para o cadastro no CadÚnico, por exemplo, a retirada de documentos feita pelo CEAC é de grande importância, pois facilita até mesmo a ação da Seides na inserção dos usuários nos programas sociais".

A moradora da Comunidade Quilombola Crasto, Rita Cristina Dias Santos, inserida no Cadastro Único e beneficiária do Bolsa Família, aprovou a ação e agradeceu a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre o cadastramento no programa. "Ainda bem que o pessoal do Bolsa Família

CONT.



veio para esclarecer nossas dúvidas. Está sendo muito proveitoso porque agora sei as providências que devo tomar pra não ficar sem receber o benefício do Governo. Agradeço também a oportunidade de tirar os documentos sem precisar ir tão longe e gastar tempo e dinheiro”.

O representante da Associação Remanescente Quilombola do Território Luziense, José Raimundo dos Santos, reforça a importância do Sergipe Mais Justo em Santa Luzia do Itanhy. “Fiquei emocionado com essa ação do Governo de Sergipe aqui em Santa Luzia. A Seides, o Ceac e a Secretaria de Saúde do Estado estão de parabéns por contribuir tanto com as nossas comunidades. Amanhã mesmo eu estaria indo com um grupo de quilombolas para Aracaju para retirar documentos e agora não será mais preciso. É que bom que a própria Secretaria de Estado da Inclusão Social está em busca dos Quilombolas para inseri-los nos programas sociais”.

Segundo o coordenador Estadual do Bolsa Família, José Carlos Ferreira Passos, as principais demandas do primeiro dia do Sergipe Mais Justo foram solicitações sobre atualização cadastral e esclarecimentos sobre suspensão do benefício. “Estamos à disposição para atender todos os beneficiários do Bolsa Família sobre qualquer dúvida que tenham, além de cadastrar aqueles que ainda não estejam no Cadastro Único. Esse momento é muito importante para essas comunidades Quilombolas que tanto precisam desses benefícios do Governo, por isso até a próxima quinta-feira estaremos à disposição da comunidade para dar os encaminhamentos necessários de forma a garantir o direito ao benefício”.

O apoio da Prefeitura de Santa Luzia durante os quatro dias de Sergipe Mais Justo, que segue até a próxima quinta-feira, 27, está garantida, segundo a secretária municipal de Assistência Social, Maria da Conceição Pereira.

“O Sergipe Mais Justo é muito bem vindo ao nosso município, afinal, todos os serviços que a ação traz durante esses quatro dias irão atender as nossas demandas. Tanto a presença da equipe do Bolsa Família para esclarecer as dúvidas quanto a retirada de documentos é uma necessidade do município, em especial das comunidades quilombolas. Tentamos sempre atender as necessidades da população, mas mesmo assim sempre surgem demandas, que serão atendidas de uma vez durante esses quatro dias de Sergipe Mais Justo.”

A Secretaria de Estado da Saúde também participou da ação Sergipe Mais Justo, realizando testes rápidos de sífilis e HIV/Aids. Todos os serviços estão sendo oferecidos através das unidades móveis de inscrição no Cadastro Único, do Ceac e da Secretaria de Saúde que estão em frente ao Centro Cultural de Santa Luzia do Itanhy. O atendimento a essas comunidades será realizado em dias específicos: povoado Crasto no dia 24, comunidade Rua da Palha no dia 25, povoado Cajazeiras no dia 26 e a comunidade em geral será atendida no dia 27. E para facilitar o acesso dos moradores dos povoados à sede do município, serão disponibilizados transportes para todas as comunidades beneficiadas pelo Sergipe Mais Justo.

Ascom ASN



Lideranças indígenas vão a Brasília e confirmam bloqueio na BR 262 e MS-156
SÍTIO CAPITAL NEWS, 25.02.2014

O vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande (CMDDI/CG) e representante do Conselho Local de Saúde Indígena, Élcio Terena, confirmou na manhã desta terça-feira (25), um bloqueio na MS-156, entre Dourados e Itaporã e outro na BR-262, entre os municípios de Aquidauana e Miranda.

De acordo com o vice-presidente, o bloqueio será realizado a partir do meio dia por 30 lideranças indígenas. Ele afirma que a manifestação será pacífica, no entanto, irão permitir apenas a passagem de carros de emergência.

“Queremos o apoio da sociedade. A situação indígena está muito difícil e queremos uma solução para os problemas que estamos enfrentando”, justificou.

Segundo Élcio, o bloqueio é um protesto em relação a dois problemas que afetam as comunidades indígenas. “Não agüentamos mais a morosidade da Justiça Federal quanto à demarcação das terras indígenas no Estado e na desassistência da saúde indígena que está totalmente sucateada e não atende a demanda da comunidade”, alegou.

O vice-presidente do CMDDI/CG), disse ainda que as lideranças continuam pleiteando um representante no Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) e que vão levar ao Ministério Público Estadual (MPE) denúncias sobre nepotismo no órgão.

“Não temos nem mesmo Dipirona e insulina e enquanto isso estão brigando por cargos. Precisamos de um coordenador indígena para o DSEI. Temos denúncias de que estão beneficiando parentes com empregos dentro do DSEI”, afirmou.

Élcio Terena contou que nesta tarde, as lideranças indígenas que já estão em Brasília para protocolar na 6ª Câmara da Procuradoria da República, as reivindicações, vão se reunir com o ministro da Casa Civil, Aluizio Mercadante e ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Os senadores Delcídio do Amaral (PT/MS), Ruben Figueiró (PSDB-MS), e outros parlamentares, também participam da reunião em Brasília.

Na semana passada, as lideranças fecharam a MS-156 por dois dias em protesto contra as condições de trabalhos nos postos de saúde da Reserva Indígena da região. Os bloqueios nesta terça-feira terão início às 12 horas, mas não há previsão para que as rodovias sejam liberadas.



Indígenas e moradores interditam TO-126 e prometem queimar torre; deputado culpa e faz apelo ao governo

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 25.02.2014

Após o governador Interino, Sandoval Cardoso (SDD), assinar a ordem de serviço de asfaltamento da TO-126 no trecho que liga Maurilândia a Itaguatins, os cabeças do Movimento Popular Organizado que inclui várias lideranças indígenas se revoltaram e interditaram a rodovia por tempo indeterminado. "No nosso entendimento precisamos de uma rodovia moderna e asfaltada", informou a organização do Movimento.

O deputado José Bonifácio (PR) foi à tribuna para falar da manifestação e criticar o governo. "As Lideranças indígenas não concordam com a mudança da rota da rodovia. O secretário Kaka Nogueira não moveu um dedo em favor de uma resposta positiva para aquela rodovia", criticou. Ele pediu que o secretário faça a estrada de Maurilândia até a divisa com a área indígena. "Ordem de serviço é um risco n'água", criticou.

"Não adianta passar batom no beijo das crianças acho que o Sandoval entrou no governo para dar uma pincelada e mostrar algumas coisas e lançar algumas coisas que nunca serão feitas. Já temos três anos e dois meses de governo", frisou. O deputado disse que não é só falta de atitude da Funai e Ibama mas também do governo estadual.

O movimento promete manter a paralisação até que algum representante do Governo vá até o local para negociar uma saída que seja o início das obras desta rodovia, pois se isso não acontecer os manifestantes prometem atrapalhar o início das obras do outro trecho. "Se não fizer toda não farão nenhum trecho", disse uma liderança indígena.

Lideranças indígenas e caciques de todas as aldeias que usam aquela estrada estão participando, bem como os moradores do próprio povoado e também do Povoado Ribeirão Grande que estão à frente do bloqueio feito com paus e galhos de árvores. Há também no local uma barricada feita com fogo colocada pelos manifestantes.

Segundo o representante do povoado Ribeirão Grande Pedro Bento, Edésio Barroso, um dos primeiros a fazer a movimentação para criação do "MPO", de início eles queriam apenas fazer um teste que já estava programado desde o início da semana passada, onde os manifestantes estavam querendo ficar somente por seis horas, porém, após a assinatura da ordem de serviço para a pavimentação do trecho da mesma rodovia que liga Maurilândia a Itaguatins pelo governador em exercício Sandoval Cardoso na última sexta-feira, o movimento manteve o cronograma da manifestação, mas, sem dia nem hora para terminar.

Os manifestantes querem uma resposta rápida e verdadeira por parte do Governo do Estado quanto a situação deste outro trecho da TO, pois segundo Edésio, o Estado do Tocantins já tem 25 anos e ninguém, nenhum político fez algo por esse povo que vive a margem desta rodovia.



Júnior Coimbra participa de audiência pública para solucionar problema da falta de asfalto entre Tocantínia e Lajeado

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 25.02.2014

O deputado federal, Júnior Coimbra (PMDB) participou na tarde desta última segunda-feira, 24, da audiência pública para tentar solucionar o problema da falta de asfalto nos 8 quilômetros de estrada entre Tocantínia e Lajeado e a ponte inacabada, na TO-245, em Rio Sono.

Durante toda a tarde moradores e indígenas estiveram presentes na Assembleia Legislativa do Tocantins para escutar das autoridades e responsáveis pelas conclusões das obras, o que impede de serem terminadas. A alegação que se tem é que a estrada de Tocantínia a Lajeado passa dentro da reserva indígena Xerente.

Para a coordenadora de Meio Ambiente da Agetrans, Lúcia Leiko, o que falta é a autorização da Funai para liberação da obra. Já o superintendente do Ibama, Joaquim Henrique Montelo Moura, disse que no artigo 231 a reserva indígena é um patrimônio dos povos indígenas, e de acordo com o decreto 7.747 de 06/06/2012, a comunidade indígena necessita ser consultada, para que seja autorizada a conclusão das obras. "Só estamos aguardando os estudos voltarem da Agetrans, e vamos fazer isso o mais breve possível", concluiu o superintendente.

Já o vereador de Tocantínia, Lenivaldo Srãpte Xerente (PSD) - que foi eleito pelos indígenas - afirmou que a comunidade Xerente quer o asfalto. "Tenho certeza que a população indígena está a favor daquele asfalto." Euvaldo disse que 80% dos Xerentes assinaram os papéis para que o asfalto fosse feito.

Júnior Coimbra disse que já cobrou soluções várias vezes e que outros municípios do Estado também precisam de asfalto "Chapada de Areia, Lizarda, Mateiros, Centenário, Recursolândia, Itacajá, Povoado de Rio Sono e Maurilândia, que até passei lá semana passada, e tá um atoleiro só".

O presidente do Tribunal de Ética da OAB, Túlio Jorge Cheguri, em seu discurso disse que a legislação tem que ser cumprida e que existe a vontade comum pela conclusão da obra. Ele afirmou que vai a Brasília cobrar da Funai uma solução. "Vamos na Funai em Brasília. Vamos levantar a nossa bandeira em prol da sociedade. O povo é que dá o poder ao executivo para representá-los. Já foi feito ação, abaixo assinado. É o povo da região quem quer", disse.

O prefeito de Tocantínia, Muniz Araújo (PSD), disse já ter ido no Ibama e na Agetrans, atrás de solução. "Queremos que a cidade de Tocantínia entre para o desenvolvimento do Tocantins e que seja respeitada por ser uma cidade pioneira do Estado. O prefeito disse ainda estar comovido com o abandono da ponte de Rio Sono. "Quantos gastos foram feitos para uma ponte que falta apenas 30% para a conclusão", indagou Muniz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

Coimbra lembrou que a conclusão da ponte em Rio Sono é um problema antigo e fruto de gestões passadas. "A informação que se tem é que falta a resposta do Ibama. Mas isso é um desrespeito com a população, porque já estive in loco e sei que só é preciso colocar vigas em cima de dois vagões, pois uma parte das vigas já está colocada".



Vereadores decidem mudar nome de Unidade de Saúde Indígena Pankará (PE)

SÍTIO CIMI, 25.02.2014

Por Renato Santana,

de Brasília (DF)

Carnaubeira da Penha, no sertão pernambucano, está entre os mais baixos perfis no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do país, ocupando a 4786ª posição no ranking de 5.565 cidades. Com população pouco acima de 11 mil habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2010, a cidade está aquém de 85,98% dos municípios brasileiros.

Porém, os vereadores de Carnaubeira parecem mais preocupados com questões federais, longe da competência delegada pela Constituição ao legislativo municipal, e à revelia de necessidades básicas da população por saneamento, educação e saúde, cujos indicadores estão abaixo da média nacional.

No último dia 17 de fevereiro, um projeto de mudança do nome da Unidade de Saúde Indígena Velho Anjucá, que atende ao povo Pankará da Serra do Arapuá, foi posto em votação pelo presidente da casa, Jotnilton Cícero Bezerra (PSC), e aprovado por cinco votos a favor e quatro contra. Pela decisão dos vereadores, a unidade passa a se chamar Nossa Senhora da Conceição. Para os Pankará todo procedimento legislativo é ilegal.

“A atitude da câmara de vereadores de querer influir ou alterar o nome do posto da Sesai é inconstitucional, pois não dispõe de competência para fazer qualquer interferência em uma secretaria ligada ao Ministério da Saúde. Trata-se de desinformação ou motivação política, ou as duas coisas”, afirma o assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Adelar Cupsinski. O presidente da Câmara de Vereadores de Carnaubeira não foi localizado pela reportagem para comentar o teor do projeto.

“Quando o projeto de alteração do nome da unidade de saúde surgiu, eu conversei com o presidente da casa sobre a inconstitucionalidade da proposta. No dia da votação eu me pronunciei contra, contando a história do meu povo e mais uma vez alertando que aquilo não era atribuição da câmara de vereadores”, afirma cacique Maria das Dores Limeira, conhecida como Dorinha Pankará, também vereadora desde 2012 - na foto, a primeira da esquerda para a direita.

Não é a primeira vez que por alguns vereadores surgem propostas de interferência do legislativo na questão indígena dos Pankará e Atikum, povo que vive na Serra do Umã, sobretudo quanto ao nome da unidade de saúde Pankará. Durante o ano passado, alguns vereadores tentaram alcunhar o posto com o nome de um posseiro que detém propriedade dentro dos limites de identificação da terra indígena.

CONT.



“O nome da unidade foi decidido pela comunidade porque faz referência ao mito de criação do povo Pankará. Acredito que por trás de tal decisão esteja quem não quer os Pankará organizados em busca do território tradicional”, analisa cacique Dorinha. A intenção do grupo de vereadores, conforme cacique Dorinha, é enfraquecer a organização interna Pankará e demonstrar que a existência do povo está submetida às vontades das elites política e agrária sertanejas.

Por outro lado, de acordo com fonte do meio político de Carnaubeira, que aqui não identificamos por razões de segurança, o projeto pautado da câmara visa deslegitimar a liderança da cacique e esvaziar sua atuação parlamentar, entendida como símbolo da violação de um espaço ocupado pela elite agrária sertaneja. “O espaço (câmara) não é para índio que quer terra, mas para quem quer a terra dos índios e no máximo para os índios vendidos. Dorinha está fora disso e é atacada naquilo pela qual ela luta”, explica.

Espaço colonial

A Câmara de Vereadores de Carnaubeira da Penha nasce com a emancipação política da cidade, em 1991, até então um distrito do município de Floresta. Carrega em si a marca da elite agrária, que no decorrer dos séculos expulsou os indígenas da região, roubou as terras tradicionais e os submeteu ao anonimato à custa de ameaças de morte e exílio.

Se a Câmara de Vereadores de Floresta tornou-se um espaço colonial, o parlamento fundado com a criação de Carnaubeira não foi diferente. Portanto, quando em outubro de 2012 cacique Dorinha Pankará se elege vereadora, sendo a primeira mulher a ocupar tal posto na cidade, este espaço colonial é violado por quem havia sido condenado ao silêncio, à morte e a trabalhar para as famílias que herdaram o saque das terras indígenas.

Além disso, as terras Pankará estão em processo de identificação, os indígenas tecem, a cada dia, a teia da organização social do povo e as tradições são restabelecidas. O próprio IDHM de Carnaubeira da Penha, mesmo que baixo, passa por melhoras sucessivas desde o início da última década, coincidentemente o mesmo período em que os Pankará iniciam, na Serra do Arapuá, o último ciclo pela recuperação do território tradicional.

“Desde 2003 estamos na luta para não mais ter de nos esconder. Então quando conseguimos algo na educação ou saúde, eles (vereadores e elite agrária sertaneja) tentam nos boicotar ou controlar. Até a água da Serra do Arapuá que dividimos com os não-índios eles querem pegar. Tudo isso é parte da estratégia para acuar nosso povo”, analisa cacique Dorinha. Todavia, tal estratégia não é nova.

Há registros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), da década de 1940, que revelam a reivindicação, por parte dos Pankará, do território tradicional de onde foram expulsos, bem como registros de violências. O antropólogo Hohenthal Jr., em estadia na Serra do Arapuá, assim escreveu ao SPI: “Existiam como 225 homens, mulheres e crianças (31 famílias biológicas) da tribo Pacará, cujos membros vivem esparramados em duas serras, da Cacará e do Arapuá. Não há posto indígena e os índios são muito perseguidos pelos Neo-brasileiros do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

Riacho do Navio ("navieiros") e da cidade de Floresta, antigo centro do Cangaceirismo. [...] Instigado por essa gente malvada, ultrajes e violências foram cometidas contra os índios"(1).



No Dia Mundial da Justiça Social, nada a declarar?

SÍTIO CIMI, 25.02.2014

Por Iara Tatiana Bonin,

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da ULBRA e Doutora em Educação pela UFRGS

Seguindo para o trabalho, um tanto irritada com os congestionamentos decorrentes das obras da Copa, escutei, no rádio, que hoje (20 de fevereiro) era o Dia Mundial da Justiça Social, data instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2009. Conforme a reportagem, a data deveria motivar os governos para a promoção de medidas efetivas de combate à pobreza, à fome, ao desemprego, à exclusão social. Coincidentemente o sinal fechou numa movimentada avenida no centro de Porto Alegre e dois pequenos meninos, com seus corpos maltratados pela miséria, se aproximaram e pediram “um trocadinho pra comprar comida”. Perto dali, vi os primeiros movimentos no amanhecer de famílias que ocupam a parte inferior de um viaduto, seus corpos castigados pelo completo abandono e pelo sono em alerta, temendo a violência.

Também escutei pelo rádio a notícia de que a presidente Dilma Rousseff estava no Rio Grande do Sul. Os eventos de sua agenda cheia, devido ao período pré-eleitoral, não indicavam que a presidente ao menos sabia da comemoração do Dia Mundial da Justiça Social! Não transitou pelas ruas, nem escutou a voz daquele esfomeado menino porque estava, logo cedo, numa visita inaugural ao Estádio Arena Beira-Rio, em Porto Alegre (RS). O estádio receberá cinco jogos da Copa e, para a sua reforma, contou com um investimento de R\$ 330 milhões, sendo R\$ 275,1 milhões financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Depois de apreciar a obra monumental, a presidente Dilma prosseguiu em sua rápida turnê pelas querências deste estado e chegou a Caxias do Sul. Almoçou em um dos mais conceituados restaurantes da região, onde se serviu polenta – comida de imigrante italiano pobre, convertida em iguaria e inserida num refinado cardápio. Depois participou da cerimônia de abertura da 30ª Festa da Uva e da 24ª Feira Agroindustrial. Em seu discurso, nenhuma palavra sobre justiça social! Sob o caloroso aplauso dos presentes, declarou: “Vocês têm uma presidente que é parceira da produção agrícola e industrial dessa região”, dando destaque também ao volume crescente de crédito concedido pelo governo para o setor agroindustrial, que chega a R\$ 150 bilhões. Ironicamente, a agenda da presidente no Dia Mundial da Justiça Social parece ser a síntese das opções feitas pelo seu governo.

A agenda da presidente entre os gaúchos me fez lembrar outra ocasião, em 11 de fevereiro de 2014, quando ela esteve na cidade de Lucas do Rio Verde (MT), participando da Cerimônia de abertura oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014 e início do plantio da 2ª safra. Em seu discurso, antes de cumprimentar as autoridades presentes, ela dirigiu a palavra aos produtores rurais: “Quebro o protocolo e começo cumprimentando esses produtores e

CONT.



essas produtoras responsáveis pelo sucesso e pela vitória do nosso agronegócio. (...) É uma imensa alegria assistir aquela quantidade de soja jorrando pela colheitadeira". Nas palavras da presidente, o espetáculo da super-safra mostra que o Brasil é viável, quando asseguradas certas condições, dentre as quais destacou a terra, o empreendedorismo dos produtores do agronegócio e o financiamento dos equipamentos e das máquinas com tecnologia de ponta. E a presidente finalizou seu discurso declarando: "Essa vitória é o que nós estamos celebrando hoje aqui também. É uma vitória do agronegócio do Brasil e é uma vitória do agronegócio do Mato Grosso".

Não por acaso, a agenda da presidente contemplou vários eventos ligados ao agronegócio, um dos setores considerados mais lucrativos no contexto brasileiro e também um dos segmentos que, para prosperar, tem recebido variados tipos de incentivos e linhas de financiamento (destaque feito no próprio discurso da presidente, citado anteriormente). A produtividade dos empreendimentos agroindustriais e a capacidade de gerar lucro têm sido enaltecidas como motivos de "orgulho nacional" em discursos proferidos por vários representantes do governo. O agronegócio é, assim, alçado à condição de alavanca capaz de tornar o Brasil competitivo.

Governando numa perspectiva desenvolvimentista e para salvaguardar os setores considerados produtivos e superavitários, resta pouco espaço na agenda do governo federal para planejar medidas efetivas de promoção da justiça social. Obviamente que os recursos financeiros são canalizados para assegurar a lucratividade e a competitividade de setores que supostamente colocariam o Brasil numa condição de "primeiro mundo", enquanto são contingenciados e pouco aplicados os recursos destinados às políticas sociais.

A terra é destacada pela presidente como condição indispensável para que o agronegócio – menina dos olhos deste governo – prospere. A terra, então, é vista como um recurso, a ser maximizado, pensamento que posiciona como obsoletos os direitos assegurados na Constituição Federal aos índios, quilombolas, comunidades tradicionais. Uma evidência disso é o fato de que, em 2013, apenas uma área indígena, pertencente ao povo Kayabi, foi homologada pela presidente, e mesmo assim o registro desta área foi impedido pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A demarcação das terras indígenas é uma questão de justiça social

Pode-se então "medir" o desempenho do governo nas ações de demarcação observando-se, por exemplo, os dados de execução orçamentária de 2013: na ação "Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato" os recursos disponibilizados foram da ordem de R\$ 87.863.432,00, sendo liquidados somente R\$ 17.402.383,22 (o equivalente a apenas 19,8% dos recursos disponíveis). Nos desdobramentos desta ação, existe o item "Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas", cuja dotação orçamentária em 2013 foi de R\$ 21.642.811,00, mas foram liquidados apenas R\$ 5.403.834,59 (ou 24,06% do montante).

Uma questão atinente à justiça social, utilizada inclusive para incitar a população contra as demarcações, é a justa indenização das benfeitorias que resultam de ocupação de boa fé em terras indígenas. Sobre esse aspecto, embora exista uma infinidade de processos de

CONT.



indenização em curso (e conheço alguns agricultores do município de Chapecó (SC), por exemplo, que estão aguardando indenizações há mais de 15 anos), nenhum centavo foi pago, em 2013, da ação “- Indenização aos Atuais Possuidores de Títulos das Áreas sob Demarcação Indígena”, cuja dotação foi de R\$ 20 milhões.

A reforma agrária é também uma questão de justiça social, e se liga igualmente ao problema da terra e de sua destinação. Recorrendo novamente aos dados de execução orçamentária, vale observar que, no programa “Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária”, elencam-se ações voltadas à concessão de créditos às famílias assentadas, ao desenvolvimento dessas famílias e à desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária. Dos R\$ 2,5 bilhões autorizados em orçamento, apenas R\$ 975,2 milhões foram aplicados, o que representa 38,7% do total. A situação é tão grave que, no dia 13 de fevereiro, cerca de 15 mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) protestaram no centro de Brasília e exigiram mudanças nas políticas agrárias. As lideranças do movimento reclamam do baixo número de famílias assentadas por desapropriações e da burocracia para ingressarem em programas sociais básicos.

A superação das desigualdades é uma questão de justiça social

Para isto, é necessário que se promova uma mudança de rota, um novo “mapa do desenvolvimento” deve ser traçado, cuja orientação seja a promoção da justiça social e da dignidade humana. De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Brasil é hoje o quarto país no mundo em desigualdade entre pobres e ricos. Registra-se nesta pesquisa que, no ano de 2012, 10% da população mais rica concentrava 42% da renda do país. No atual modelo de governo privilegiam-se setores lucrativos, o que acentua o fosso que separa ricos e pobres.

As desigualdades, que nos discursos oficiais sempre aparecem atenuadas, já não podem ser vistas como efeitos colaterais do modelo desenvolvimentista – elas têm sido constituídas no jogo da concorrência. Quando a concorrência (entre empresas, entre trabalhadores, entre setores da sociedade) é o princípio de organização do mercado e do governo, não se pode vislumbrar a superação das desigualdades. A concorrência é, no atual modelo de governo, um jogo que deve ser continuamente alimentado e sustentado. Por esta razão, a agenda da presidente está lotada de compromissos vinculados aos setores que, na concorrência, se mostram fortes e produtivos. O agronegócio é, neste contexto, um setor alimentado e nutrido, que recebe atenção especial do governo.

Não é possível vislumbrar a conquista e a garantia de direitos em um modelo concorrencial, pois neste, há sempre vencedores e perdedores. No jogo da concorrência, os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais não são tidos como “setores viáveis”, e sim como grupos residuais. Assim, o que se oferece (quando muito) a estes grupos, são ações de “gestão das desigualdades”, ou seja, ações assistenciais, paliativas, de impacto momentâneo, que não conduzem à conquista efetiva dos direitos – em especial do direito à terra.

É necessário, portanto, retomar a pauta da justiça social, reconhecendo que um governo existe para proporcionar bem estar e segurança para toda a sua população, e para promover a esta o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

acesso a bens, recursos, tecnologias, resguardando direitos humanos que não podem ser subvertidos e adequados a uma lógica empresarial.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2014



INFORME 19 - Operação de Desintrusão da Terra Indígena Awá
SÍTIO FUNAI, 26.02.2014

Nos dois primeiros dias de desintrusão da Terra Indígena Awá a equipe do governo federal, contabilizou 10 pontos desocupados na região do Caju.

Em 6 pontos houve a remoção de bens com apoio de caminhões da Funai e o desfazimento de construções que se encontravam dentro da Terra Indígena Awá, entre elas a demolição da edificação do Sr. Arnaldo Lacerda, que já estava abandonada. O ocupante destruiu a ponte que dava acesso a casa, ainda no período de notificações, como tentativa de impedir a chegada da equipe do governo federal, que cumpre a decisão judicial de retirar os não índios da Terra Indígena Awá.

A outra retirada que ocorreu nesta terça-feira foi da Sra. Maria Vilma Andrade, outra ocupante que explorava a Terra Indígena há muitos anos. Na segunda-feira os oficiais de justiça já haviam comunicado sobre a expiração do prazo para desocupação.

Houve um momento de tensão na saída da Sra. Vilma que se recusou com violência a deixar a casa que morava, colocando em risco a integridade física dos servidores públicos e dos familiares dela, sendo necessário a intervenção das equipes de segurança. Como houve resistência ao cumprimento da decisão judicial, a senhora foi conduzida à Base da Funai, para ser ouvida e será aberto um procedimento judicial.

A operação finalizou de forma exitosa com a saída da moradora e familiares, sendo usados três caminhões para retirada de objetos de dentro da área que era ocupada irregularmente, pela Sra Vilma.

Várias famílias prosseguem na retirada de seus pertences e mais de 30 já fizeram agendamento com a Funai para apoio na mudança e saída da Terra Indígena.

Como forma de otimizar a logística dos trabalhos de desintrusão a saída da Terra Indígena Awá foi dividida em três regiões. Neste momento a força-tarefa concentra a vistoria e retirada de não índios da Região 1, onde está localizada a aldeia Juriti do povo Awá e a Base da Funai. Também trata-se da região limítrofe a Reserva Biológica do Gurupi. Esta foi a primeira região notificada.

Reunião Incra

O Incra realizou na tarde desta terça-feira (25) reunião com as famílias de não- índios que ocupam a Terra Indígena Awá e que realizaram cadastramento junto ao órgão para serem incluídas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A reunião foi realizada no povoado Vitória da Conquista, distante 60 km do município de Zé Doca e teve o objetivo de apresentar

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

as áreas de assentamento nos municípios de Parnarama e Coroatá que o Instituto disponibilizou para atender as famílias desintrusadas.

Na segunda-feira (24) o Incra realizou a mesma reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Caru com a presença das famílias que realizaram o cadastramento junto ao Incra e que pertencem aos povoados do Caju, Cabeça Fria e Vila Veras.

No total, o Incra dispõe de 569 vagas nos municípios de Parnarama e Coroatá para assentamento imediato das famílias. Todas as famílias que forem incluídas no PNRA terão acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida Rural; crédito apoio; Pronaf e assistência técnica. Além disso o Incra realizará convênios com as Prefeituras dos referidos municípios para implantação de estradas e sistema de abastecimento de água nos assentamentos.

Até o momento, o Incra já cadastrou 265 famílias, dessas 224 se enquadram no Plano Nacional de Reforma Agrária e terão até o dia 9 de março para deixarem a Terra Indígena Awá.



STF suspende reintegrações de posse na Terra Indígena Tupinambá de Olivença (BA)
SÍTIO CIMI, 26.02.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, suspendeu a reintegração de posse de todas as áreas localizadas nos limites da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, cabíveis de decisão pela Suprema Corte do país. No total, são sete áreas e o conteúdo do pronunciamento do ministro visa arrefecer o conflito instalado, além de garantir a ordem pública e evitar a "movimentação involuntária" dos Tupinambá.

Para Barbosa, a autoridade judiciária não considerou os efeitos diretos e indiretos sobre a população envolvida nas remoções. "A retomada da posse pode ser vista como fator de exacerbação da disputa, em especial quando o cumprimento da ordem judicial é acompanhado por força policial, eventualmente desnecessária", diz Barbosa em trecho da decisão.

O posicionamento de Barbosa atende ao pedido de suspensão de liminar feito pelo procurador-geral da República (PGR), Rodrigo Janot. Em janeiro, depois de cumprir reintegração de posse em uma fazenda localizada na aldeia Serra do Padeiro, a Polícia Federal e a Força Nacional montaram uma base no interior do território tradicional e promoveram ações contra os Tupinambá, culminando no sequestro de uma criança indígena.

Conforme denúncias dos Tupinambá, tais reintegrações são usadas por fazendeiros e pistoleiros para promover violências contra a comunidade indígena. Diante de tais informações, a PGR entrou com o pedido no STF de suspensão liminar de todas as reintegrações de posse de áreas situadas nos limites da terra indígena. No total, são cerca de 80 ações judiciais determinando a remoção das aldeias.

Apenas sete destas ações, porém, de acordo com o presidente do STF, são admissíveis de suspensão pelo STF, sendo que as demais já foram barradas ou estão em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), além de outros litígios que ainda circulam em instâncias inferiores.

Moradia digna

Ministro Barbosa apresentou ainda outras preocupações que o levaram a atender ao pedido da PGR de suspensão das reintegrações. "Na maioria das vezes, a expulsão dos ocupantes não vem acompanhada de perspectivas de moradia digna", pontua o presidente do STF na decisão.

Na decisão, Barbosa salienta a linha de raciocínio da PGR no que se refere às formas de resistência dos Tupinambá diante das operações policiais de reintegração, razão de

CONT.



intensificação da violência. “De acordo com a inicial, o cumprimento das reintegrações contribui para o aumento da tensão, tendo em vista que os índios resistem às remoções determinadas pela justiça”, diz Barbosa.

As formas como são cumpridas as remoções, sem levar em conta negociações prévias, sem a presença de observadores externos e com policiais fortemente armados, receberam destaque no pronunciamento diante da análise de Barbosa dos relatórios elaborados pela Comissão Especial Tupinambá do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).

“Neste contexto, considero presentes os requisitos autorizadores da medida de suspensão de liminar, em especial o risco à ordem pública e à segurança, tal como alegado pelo procurador-geral da República”, determina Barbosa em sua decisão – alento para o povo Tupinambá, pressionados pela presença do Exército, em determinação de Estado de Exceção decretado pela presidente Dilma Rousseff, nos municípios de Buerarema e Una.



Fazendeira tenta atear fogo no próprio corpo para não sair da terra indígena Awá-Guajá

SÍTIO O IMPARCIAL, 26.02.2014

A Operação de Desintrusão, que está sendo feita na terra indígena Awá-Guajá, localizada no noroeste do estado, entre as cidades de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, está sendo marcada pela tensão e conflito. Ontem, uma fazendeira, segundo a Polícia Federal, identificada como Maria Vilma da Silva, tentou atear fogo no próprio corpo como forma de protesto para não desocupar o território e, no momento, apenas os homens do Exército, da Força Nacional, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Maranhão (Incra-Ma) e da Polícia Federal estão tendo acesso a área indígena.

Segundo informações da polícia, Maria Vilma estava revoltada com a presença dos homens da Força Nacional para fazer a sua remoção e resolveu atear fogo em seu corpo, mas foi contida e, logo em seguida, levada para a base da Polícia Federal, em São João do Caru. Ela será ainda hoje ouvida pelo delegado federal e transferida para a sede da PF, na capital, onde tomarão as devidas providências.

A medida que os ocupantes deixam o território, os imóveis e toda a infraestrutura como estradas, luz, água e dentre outras instalações que propiciem condições de moradia estão sendo destruídos pelos tratores.

O juiz federal José Carlos Madeira concedeu o prazo de 40 dias para os ocupantes deixarem as terras de forma voluntária. Foram um total de 427 famílias notificadas e, de acordo com o Incra-MA, apenas 224 tiveram o cadastro homologado para obter novas áreas de assentamento, localizadas nas cidades de Parnarama e Coroatá.

Ainda ontem, o superintendente do Incra-Ma, José Inácio Rodrigues, esteve participando de uma reunião no povoado Vitória da Conquista, em Zé Doca, onde explicou aos ocupantes das terras indígenas a política de assentamento. Como não deixou de frisar que os representantes do Incra, Iterma e do programa do Governo Federal " Terra Legal" estão fazendo levantamento de novas localidades para assentar essas famílias. Apenas, na cidade de Zé Doca são cinco áreas previstas como Nova Conquista, Ebenezer, Quinto Braço, Santa Lúcia e Igarapé Grande, ou seja, uma área de 30 mil hectares. Também há mais hectares previstos, localizados nos municípios de Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Igarapé Grande, Alto do Gurupi e Buriticupu.



Explicado (mas não justificado) o caso das balsas para mineração no rio Tapauá, AM
SÍTIO JORNAL GGN, 26.02.2014

"O Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), órgão do governo do Amazonas, confirmou ao portal Amazônia Real que concedeu licença de instalação à Petrobras para realização de prospecção de gás ou petróleo até julho de 2014."

"A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do qual o Brasil é signatário, garante aos povos indígenas a consulta sobre decisões e empreendimentos que causem impactos sociais e ambientais em seus territórios."

A Coordenação Regional do Médio Purus da Fundação Nacional do Índio (Funai), cuja sede fica no município de Lábrea (a 703 quilômetros de Manaus), vizinho de Tapauá, diz que não foi consultada nem comunicada pela Petrobras antes da empresa iniciar a prospecção. O mesmo se aplica aos índios."

"A consulta a essas comunidades, com o direito de veto que lhe é garantido, não pode ser ignorada ou deixada para depois. Também é dever que sejamos informados, o parlamento, os representantes eleitos. O Estado brasileiro tem a obrigação de proteger sua população e seu patrimônio. Mas é falho, especialmente no Sul do Amazonas. Isso precisa ser urgentemente corrigido. O suposto desenvolvimento não pode ser para apenas alguns, que atropelam os que têm menos representação política e econômica", declarou Janete Capiberide, que se destaca por sua atuação na Câmara por defender os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais."

<http://amazoniareal.com.br/petrobras-faz-pesquisa-no-entorno-de-terras-indigenas-do-amazonas-sem-consultar-a-funai-2/>



Paraná forma primeira turma indígena de técnicos em agropecuária

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 26.02.2014

Alunos indígenas das comunidades caingangue e guarani de 16 municípios de diversas regiões do Estado foram diplomados terça-feira (25), em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, como técnicos em Agropecuária. Essa é a primeira turma formada pelo curso que é inédito no sul do Brasil. Os 17 formandos concluíram o curso no Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia, em Pinhais.

A formação teve duração de quatro anos por meio da pedagogia da alternância, na qual o aluno permanece um período na escola e outro em sua comunidade colocando os conteúdos aprendidos na prática. Além das disciplinas técnicas, aliadas às da grade nacional comum, os estudantes também tiveram aulas com disciplinas específicas de organização social indígena, política indígena e indigenista, além de língua caingangue e guarani.

O vice-governador e secretário de estado da Educação, Flávio Arns, destacou a importância da formação técnica para o desenvolvimento das comunidades indígenas no Estado, ao afirmar que a formação técnica abre um leque muito amplo de oportunidade de desenvolvimento pessoal e social. "Esses formandos agora irão contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades e do Paraná", disse.

Flávio Ny-Fej Marcolino já está colocando em prática a nova profissão que aprendeu na escola pública. O técnico trabalha em sua comunidade, em Apucarantina. Para ele, a formação representa "uma vitória pessoal muito grande".

Antes mesmo de se formar, o técnico Gilmar Kregpo Tavares decidiu criar uma horta comunitária no Colégio Estadual Rio das Cobras, em Nova Laranjeira. O projeto voluntário já tem um ano e os produtos da horta são acrescentados à merenda escolar. De acordo com ele, a ideia é levar o projeto para as nove comunidades caingangues da região. "O conhecimento que aprendi na escola estou usando na minha comunidade, contribuindo para que eles possam se desenvolver sozinhos", contou.

A oferta da capacitação técnica faz parte de um pacote de ações que o Governo do Paraná intensificou desde 2011 para garantir o direito ao acesso à educação de qualidade aos povos indígenas do Estado. São 13 escolas novas, professores das próprias comunidades e merenda de qualidade. Além de encontros para discutir a história e a cultura dos povos indígenas que vivem no Estado. "Ampliamos significativamente o acesso e a qualidade de ensino para estudantes das comunidades indígenas paranaenses. No Paraná, a educação é para todos, e feita com respeito à identidade cultural", destacou Arns.

Participaram da formatura também o secretário de Estado do Trabalho, Emprego e da Economia Solidária, Luiz Cláudio Romanelli, lideranças indígenas, diretores e coordenadores da Secretaria da Educação, representantes das comunidades caingangue e guarani e comunidade escolar.

CONT.



NOVAS ESCOLAS- Desde 2011, o Governo do Estado já concluiu e entregou 11 escolas novas para as comunidades indígenas do estado. Com isso, o Paraná tem 36 escolas indígenas espalhadas em 26 municípios. Outras duas escolas estão sendo construídas em Inácio Martins, na região Centro-Sul, e na Ilha da Cotinga, no Litoral. A construção das 13 escolas soma um investimento de R\$ 19 milhões.

No pacote, está o novo Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Ribas, em Manoel Ribas, que irá oferecer até 600 vagas para cursos técnicos gratuitamente para indígenas e outros estudantes da região.

O início das aulas no novo CEEP está previsto para o segundo semestre desse ano. O investimento de R\$ 7 milhões é o resultado da parceria entre o Governo do Estado e Ministério da Educação por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

PROFESSORES – Em 2013, a Secretaria de Estado da Educação diplomou 66 professores indígenas bilíngue guarani caingangue, que agora lecionam na educação infantil das escolas indígenas de suas etnias. Agora o Paraná conta com 111 professores indígenas que atuam em suas comunidades. A Secretaria da Educação também produz materiais didáticos junto com professores indígenas nas línguas guarani, caingangue e português para ajudar na alfabetização dos alunos.

MERENDA – Uma vez por semana as escolas indígenas de todo Estado recebem tubérculos (batatas), verduras, frutas e geleia da agricultura familiar. Com os produtos, as escolas acrescentam receitas indígenas ao cardápio da merenda que tornam a alimentação dos alunos mais próxima aos costumes alimentares da comunidade guarani.



Projeto dificulta fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 26.02.2014

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ontem projeto que dificulta o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 98/2013 exige que o fechamento dessas escolas seja avaliado pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que deverá considerar a justificativa da secretaria de Educação, o diagnóstico do impacto da medida e a manifestação da comunidade escolar. De autoria da Presidência da República, o texto segue agora para o Plenário.

Ao expor os motivos da proposta, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, apontou que nos últimos cinco anos foram fechadas mais de 13 mil escolas rurais, resultando, em muitos casos, em transtorno para a população, que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

— Pais e alunos não podem ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos, que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino — disse a relatora da proposta, Ana Rita (PT-ES).

O projeto não impede o fechamento das escolas, esclareceu a relatora.

Também foi aprovado requerimento de urgência feito pela senadora para que o texto seja apreciado quanto antes pelo Plenário. Se for aprovado sem emendas, seguirá para sanção presidencial.

Indígenas de MS vão receber 45 mil cestas de alimentos, diz Conab

SÍTIO MS HOJE, 26.02.2014



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em parceria com Fundação Nacional do Índio (Funai) devem fazer a doação neste primeiro semestre de 2014, de 45 mil cestas de alimentos as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul.

Segundo a Conab, as doações vão ocorrer em três etapas, sendo que a primeira já está em execução e deve beneficiar 27 aldeias. A entrega, conforme o órgão já está sendo feita nas comunidades Jaguapiré, Cerrito, Guaimbé, Sombreiro, Urucuti, Rancho Jacaré e Sassoro.

A Companhia Nacional de Abastecimento aponta que os alimentos que compõem as cestas foram adquiridos da agricultura familiar por meio da compra direta e via bolsa de mercadorias (leilão eletrônico), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A Funai, conforme a Conab, é responsável pela mediação entre a transportadora e os indígenas e tem de se certificar que os caminhões vão conseguir entrar nas comunidades, garantindo que a população já cadastrada no sistema receba corretamente as cestas.



Conselho Tutelar busca ajuda do MPF para situação de crianças indígenas nas ruas
SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 26.02.2014

Umuarama - A presença dos índios nas ruas e avenidas de Umuarama levou as conselheiras do Conselho Tutelar a buscar ajuda junto ao Ministério Público Federal. A ação se deve a situação de riscos e vulnerabilidade social dos menores, pois crianças de quatro a seis anos ficam nos semáforos centrais da cidade pedindo dinheiro para os motoristas.

Embora seja cultural a venda de artesanato e as constantes movimentações entre as cidades, as crianças ficam expostas a perigos e a legislação específica do povo indígena dificulta providências públicas. Segundo Azenilda Alexandre Costa Barbosa, coordenadora do Conselho Tutelar, na tarde de segunda-feira a situação foi levada para o procurador federal Luíz Gazoto. Ainda segundo a coordenadora, o comunicado será oficializado e o MPF encaminhará a situação para Fundação Nacional do Índio (Funai) pedido quais medidas a ser tomadas nessa situação. "As mães dormem nos canteiros e os menores ficam pedindo nos semáforos. A situação é perigosa, pois o fluxo de carro nesses locais é grande e as crianças contam com idade de 4 a 8 anos", ressaltou.

De acordo com informações do Conselho Tutelar, os índios adultos colocam os filhos nos semáforos ou percorrendo casas de bairros vendendo os artesanatos e pedindo "moeda". "Usam os artesanatos como motivo para sair das tribos e pedir nas cidades. Alguns vêm de aldeias próximas a Curitiba e de Guaíra. Nossa preocupação é com a situação dos menores perante os perigos nas ruas e avenidas", ressaltou Azenilda.

Alvará

Para permanecerem na cidade os grupos precisam de permissão, um documento expedido pelo cacique de sua tribo. Porém, como os grupos têm grande rotatividade e não chegam somente pela rodoviária, não há o controle de quantas famílias circulam pela cidade. Mas, um dos principais pontos utilizados pelos índios como abrigo são os postos de combustível e o bosque dos Xetá, onde também utilizam as crianças para pedirem dinheiro, ressaltou as conselheiras.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

Agarrado homem que matou índio durante assalto

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 26.02.2014

A Polícia Civil capturou ontem, em Bernardo Sayão (TO), Edmilson Folhas, acusado de matar um índio durante tentativa de assalto à sede de uma cooperativa indígena, na cidade de Tucumã, no sudeste paraense. Ele é suspeito de integrar uma quadrilha responsável por assaltos a banco no Pará. Um dos crimes atribuídos ao acusado é o assalto a uma agência bancária na cidade de Água Azul do Norte, em setembro do ano passado.

Edmilson também estaria envolvido na tentativa de roubo a um carro-forte, no trecho da rodovia que liga as cidades de Redenção e Santa Maria das Barreiras. A prisão dele já havia sido solicitada pela Polícia Civil à Justiça de Xinguara. O acusado vai ser recambiado ao Presídio Regional de Redenção para responder pelos crimes.



CIR realiza encontro estadual para discutir direitos indígenas

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 26.02.2014

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) iniciou ontem o VI Encontro Estadual dos Operadores de Direitos Indígenas, que está sendo realizado na Casa de Cura, localizada na BR-174 norte, no perímetro urbano da Capital. Nesta edição, o tema escolhido foi "Desafios e estratégias atuais na defesa dos direitos indígenas". Ao longo da semana, povos indígenas de diferentes etnias estarão reunidos para refletir sobre o Estatuto do Índio e seus direitos.

Participam do encontro lideranças indígenas, representantes de organizações indígenas, entidades indigenistas e instituições públicas. Os operadores dos direitos indígenas trabalham como esclarecedores nas comunidades indígenas a cerca dos direitos dos índios. São tuxauas, professores, agentes de saúde e agentes ambientais.

Conforme o vice-coordenador da CIR, Ivaldo André, os encontros são importantes para esclarecer todas as comunidades sobre os direitos acerca da demarcação de terra, entre outros. "Uma das maiores violações que ocorre hoje no Brasil e em Roraima é sobre a PEC 215, que retira a atribuição da Fundação Nacional do Índio [Funai] e do Executivo de promover a demarcação das terras indígenas no país, transferindo para o Congresso Nacional esse direito", destacou.

Ao longo da semana serão debatidos assuntos ligados aos princípios orientadores para implementação dos direitos indígenas: Constituição Federal de 1988, Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e Declaração da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre direitos indígenas. Além do tema "Utilizando os mecanismos de direitos (Sistema Internacional de Direitos: CIDH, CERD, OIT)".

Na programação consta também, para amanhã, os estudos de caso da TI Raposa Serra do Sol. Os conflitos, como violação dos direitos humanos e as disputas sobre a terra com argumentações de defesa nacional, área de fronteira, desenvolvimento econômico e outros contextos referentes ao processo de demarcação.

Para o indígena da comunidade Júlia, localizada na Raposa Serra do Sol, Desmano Souza, os encontros são importantes para divulgar os direitos dos povos indígenas. Para ele, o direito mais ferido pelas autoridades em Roraima diz respeito às questões da demarcação das terras. "Até hoje, na Raposa Serra do Sol, ainda tem branco voltando lá, levando bebidas alcoólicas aos índios em troca para retirar madeiras para eles. Por isso é importante repassar aos líderes regionais das nossas comunidades as leis que asseguram nosso direito a terra", disse.

O encontro será encerrado na sexta-feira, 28, com o Seminário Análise Jurídica e Política do caso Raposa Serra do Sol, no auditório Alexandre Borges, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), às 15h. (S.M)



Insatisfação de comunidades indígenas com a Funai será oficializada em Brasília
SÍTIO O PROGRESSO, 26.02.2014

Um documento destinado à Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre a insatisfação de comunidades indígenas xerentes e dos municípios de Rio Sono, Tocantínia e Lajeado é uma das providências resultantes da audiência pública realizada nesta segunda-feira, dia 24, no Plenário da Assembleia Legislativa. A carta deve expressar a demanda pela resolução de questões burocráticas que emperram obras na região como a pavimentação da TO - 010, cujo traçado passa por terras xerentes, e a finalização de uma ponte sobre o Rio do Sono, na TO-245.

Outra providência anunciada é a promessa do deputado federal Júnior Coimbra (PMDB) de conseguir marcar um encontro entre representantes da Funai, em Brasília, e prefeitos da região interessada.

Sem representantes na reunião da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, presidida pela deputada Luana Ribeiro (PR), a Funai foi alvo de críticas tanto por sua ausência quanto pelas dificuldades que traria ao pleito.

Discursos

Os indígenas que lotaram as galerias da Assembleia demonstraram impaciência. Em especial, com a pavimentação de um trecho de 8 km da TO-010, que liga Tocantínia a Lajeado, e que passa por terras xerentes.

De acordo com representantes dos órgãos ambientais representados, o motivo da controvérsia seria a posição da Funai. Segundo o superintendente do Ibama no Tocantins, Joaquim Moura, o artigo 231 da Constituição Federal diz que a reserva é patrimônio exclusivo dos índios. No entanto, ainda de acordo com ele, o decreto da Presidência da República nº 7.747/2012, que trata da concessão de licenças ambientais para terras indígenas, exige consulta à comunidade impactada, o que não teria ocorrido.

A representante do Governo do Estado, Lúcia Leiko, que é técnica da área de meio ambiente da Agetrans, reforçou a tese ao alegar que o órgão estadual sequer pode enviar técnicos para elaborar um estudo de impacto sem a autorização da fundação, por se tratar de alçada federal. Para Luana Ribeiro, "a Funai talvez não seja tão culpada, mas furtou-se a participar da audiência e a defender-se".



No DF, índios pedem votos contra a demarcação de terras

SÍTIO ISTO É DINHEIRO, 26.02.2014

Por Daiene Cardoso

Um grupo de aproximadamente 30 índios das etnias Guarani e Terena percorrem nesta manhã de quarta-feira, 26, os gabinetes dos líderes parlamentares na Câmara dos Deputados em Brasília para pressioná-los a não apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que trata da demarcação de terras indígenas no País. "Queremos que os deputados votem contra a PEC que tira todos os nossos direitos", afirmou Inezita Terena, uma das líderes do grupo.

A PEC está sendo analisada atualmente por uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados. Além de lutar contra a proposta, os índios pedem também apoio dos parlamentares ao requerimento contra o deputado da bancada ruralista Luis Carlos Heinze (PP-RS), que associou os indígenas "a tudo que não presta".

Um requerimento apresentado pela Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos, encaminhado à Corregedoria da Câmara, denuncia o deputado por quebra de decoro parlamentar.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

Expurgo do Maranhão no blog do Reinaldo Azevedo: O dia em que o governo admitiu a violação oficial dos direitos humanos

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 26.02.2014



O colunista da Revista Veja Reinaldo Azevedo publicou hoje em sua página uma longa matéria relatando o expurgo étnico que o Governo está fazendo numa área delimitada pela Funai no interior do Maranhão. Veja no Blog do Reinaldo: Agricultores miseráveis são expulsos de suas terras no Maranhão de forma truculenta, sob o silêncio cúmplice ou o aplauso da imprensa. Ou: Bala de borracha contra black bloc é crime; contra agricultores, é poesia! Ou: O dia em que o governo admitiu a violação oficial dos direitos humanos.



Continua o expurgo étnico no Maranhão
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 26.02.2014

As primeiras famílias de pessoas não indígenas que vivem numa área demarcada pela Funai no Maranhão já estão sendo escoraçadas por tropas federais. Coordenada pela Funai, o processo de limpeza étnica chamado de "desintrusão" (retirada de intrusos) da área de 116,5 mil hectares está sendo acompanhada por oficiais de Justiça e soldados da Força Nacional. Casas e benfeitorias estão sendo demolidas por servidores públicos pilotando tratores diante dos seus proprietários. Segundo notícias divulgadas pela imprensa local, várias famílias afirmam não ter para onde ir.

Segundo a Funai, 427 famílias de não índios foram notificadas para deixar a reserva, mas apenas 224 talvez sejam reassentadas se o Incra encontrar lotes vazios em assentamentos da região. Muitas viviam na área há mais de uma década.

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=GQaIoq9Ay6s

As imagens continuam chegando e serão sempre mostradas aqui no #QuestãoIndígena. Acompanhe e ajude a divulgar.

MPF/MS: Justiça revê decisão e reconhece posse tradicional de Porto Esperança
SÍTIO PR/MS, 26.02.2014

Área em conflito foi considerada pública e de ocupação centenária. Cercas irregularmente instaladas por empresa agropecuária devem ser retiradas em até 20 dias.



Região está localizada em área de proteção permanente. Foto: MPF/MS

O conflito de terra na Comunidade Porto Esperança agora tem novo entendimento judicial. Após diligência, a Justiça Federal revogou decisão liminar e declarou a posse da área aos ribeirinhos. A decisão, publicada na última sexta-feira (21), acatou integralmente os pedidos realizados pelo Ministério Público Federal em ação cautelar ajuizada em dezembro de 2013.

Na decisão inédita, o judiciário reconheceu a titularidade pública dos terrenos marginais e a posse consolidada de uma comunidade tradicional. "Essa é a primeira vez que o direito territorial de populações tradicionais ribeirinhas é reconhecido no estado. Trata-se de um importante precedente para a defesa das comunidades pantaneiras", destaca o MPF.

De acordo com a decisão, a empresa ABBS Agropecuária deve retirar as cercas irregularmente instaladas em 20 dias. "A manutenção da cerca é causa de conflitos na região, conflitos esses dos quais não se tem notícia até a instalação da ré no local. Os habitantes da comunidade passam a ser tratados como invasores, em uma área que até recentemente ocupavam de forma pacífica e sem oposição".

Com a retirada das divisórias, os ribeirinhos voltam a ter acesso às áreas de uso coletivo e à estrada que liga a comunidade à BR 262. Caso a ABBS descumpra a ordem judicial, remoção forçada deve ser realizada às custas da empresa, com auxílio de força policial, se necessário.

Conflito

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

O clima de tensão na Comunidade Porto Esperança iniciou no final de 2013, com a instalação da ABBS Agropecuária no local. A empresa adquiriu a posse da Fazenda Triângulo e passou a delimitar todo o espaço da comunidade com a afixação de cercas, vigiadas por seguranças armados. Os moradores tiveram sua terra tradicional limitada à área de suas residências e as plantações, campo de futebol e áreas de convivência foram bloqueadas pela empresa.

Os ribeirinhos, em sua maioria idosos e que vivem na região há muitos anos, foram obrigados a passar por debaixo das cercas para transitar no local que sempre viveram. Eles relataram, ainda, casos de violência física e psicológica, especialmente com o intuito de intimidá-los a não denunciar a situação ao MPF.

“Além dos transtornos objetivos decorrentes da restrição de acesso às áreas comuns, as cercas têm um efeito simbólico de indicar aos moradores da região que aquela área não lhes pertence”, destaca a decisão judicial, que elenca fortes indícios da ocupação tradicional da terra - como a existência de antigo cemitério na região e o desenvolvimento de obras e serviços relevantes - o que torna a comunidade possuidora direta da área, não da ABBS.

Terra pública

Além da tradicionalidade de Porto Esperança, a ação do Ministério Público Federal debateu ainda a titularidade da terra. Na visão do órgão ministerial, toda a Comunidade estaria localizada em área da União.

“A região fica toda alagada em época de cheia e está às margens do rio Paraguai. Tal condição configura área de preservação permanente de rio federal, o que, segundo a legislação brasileira tem a titularidade pública e demanda proteção especial”, defendeu o MPF na ação. Os argumentos foram acatados pela justiça, que na inspeção judicial identificou marcas d'água que comprovam o alagamento da área, mesmo em locais mais afastados da margem do rio.

Por se inserir em área protegida, a ABBS, além de só poder delimitar o entorno da terra formalmente transferida à empresa, deve evitar qualquer intervenção no local sem o devido licenciamento ambiental, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil.

Referência Processual na Justiça Federal de Corumbá:

Ação Cautelar Inominada Preparatória à Ação Civil Pública nº 0001233-86.2013.4.03.6004

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.gov.br
ascom@prms.mpf.gov.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)



Nota do Projeto Ymyrapytã/CRDH sobre o Caso de desapropriação da Comunidade de Rio Tinto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.02.2014

Após 11 Anos, Liminar De Reintegração De Posse No Estado Da Paraíba Volta A Ser Discutida

Conflito em área de proteção ambiental ameaça comunidade composta por ribeirinhos, agricultores e pequenos criadores de animais da barra do Rio Mamanguape.

A Ação de Reintegração de Posse nº 2003.82.00.008221-0, iniciada no ano de 2003, e cujo trâmite judicial se encontrava estagnado há quase 10 (dez) anos, foi retomada em Janeiro de 2014 e tem audiência marcada para o dia 26 de Fevereiro de 2014.

Os autores da ação inicial são representantes de um grupo italiano que pretende explorar a atividade da carcinocultura na região, afirmam serem possuidores daquelas terras que se localizam no município de Rio Tinto- PB apresentando apenas um contrato de promessa de compra e venda com uma Usina da região.

Na área pretendida pelo grupo residem famílias que daquela terra retiram seu sustento há mais de 40 (quarenta) anos. Desde 1993 a área também é local de proteção ambiental e atualmente está em curso a construção do plano de manejo da região.

A liminar de reintegração de posse prevista no processo já foi indeferida em momentos pretéritos. A referida ação transitou na Comarca de Rio Tinto, posteriormente foi alçada para a Justiça Federal e agora retornou para a circunscrição judiciária de origem, onde ficou parada por cerca de 10 anos, e só no início de 2014 voltou a ser movimentada.

Uma audiência foi marcada para o dia 30 de Janeiro de 2014, com fins de debater o cabimento de liminar de Reintegração de Posse. Porém foi adiada para essa quarta-feira, dia 26 de Fevereiro do mesmo ano.

Vale salientar que os réus recebem incentivos do governo Federal para continuarem ocupando aquela região e desenvolvendo suas atividades naquelas terras, como por exemplo, o Bolsa Família, o Projovem, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL). Seria um contrassenso caso a decisão do Judiciário, uma das instâncias estatais, desse razão a dita liminar e retirasse daquelas terras quem ali mora e trabalha há anos e possuem o amparo desse mesmo Estado. Para além da falta de coerência, seria um desrespeito aos princípios e normas constitucionais que regem todo o ordenamento jurídico brasileiro. As normas de proteção ambiental, a da reforma agrária, a previsão de garantia de direitos adquiridos seriam desrespeitados caso houvesse decisão favorável aos autores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37./ 2014

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

A comunidade conta com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tinto, da Associação Comunitária dos Pequenos Criadores de Animais e Agricultores da Margem do Rio Mamanguape, Comissão Pastoral da Terra (CPT-PB), Rede Nacional de Advogados/as Populares, projeto de extensão universitária Ymyrapytã: Povos Tradicionais e Meio Ambiente do Centro de Referências em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB).

O Projeto Ymyrapytã, há 3 (três) anos, vem acompanhado os processos judiciais que envolvem os sujeitos da comunidade e realizando atividades de formação referentes à assuntos da área jurídica e temáticas gerais relacionados ao acesso à justiça e direitos humanos apontados como necessários pela comunidade.

Visando a fragilidade das relações de poder que envolvem a situação acima relatada, percebe-se a importância e a necessidade da publicização do caso como instrumento de pressão para que o direito seja verdadeiramente garantido, respeitado e amplamente discutido.